

## Alerta Legislação, nº 30, de 22 a 27 de julho de 2013

### Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca  
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

#### DESTAQUES

##### Governo do Estado de São Paulo

■ **LEI Nº 15.099, DE 25 DE JULHO DE 2013**

Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado de São Paulo

■ **DECRETO Nº 59.373, DE 22 DE JULHO DE 2013**

Cria e extingue unidades da Corregedoria Geral da Polícia Civil - CORREGEDORIA e introduz modificações nos dispositivos que especifica do [Decreto nº 47.236, de 18 de outubro de 2002](#), que dispõe sobre sua reorganização

■ **RESOLUÇÃO SE Nº 49, DE 19-7-2013 (SE)**

Dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, de que trata a [Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012](#), e dá providências correlatas

##### Prefeitura da Cidade de São Paulo

■ **DECRETO Nº 54.133, DE 25 DE JULHO DE 2013**

Regulamenta a [Lei nº 15.721, de 24 de abril de 2013](#), que dispõe sobre a criação de Programa Multidisciplinar de Atendimento ao Diabetes no Município de São Paulo.

#### LEGISLAÇÃO FEDERAL

**MINISTÉRIOS E  
OUTROS ÓRGÃOS  
DA UNIÃO**

**MARGINÁLIA FEDERAL**

**Presidência da  
República (PR)**

**ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU)**

**PORTARIA Nº 425, DE 16 DE JULHO DE 2013**

Disciplina o acompanhamento, pelo Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal, das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos prestadas às autarquias e fundações públicas federais, no tocante a projetos estratégicos.

	<p><b><u>PORTARIA Nº 424, DE 16 DE JULHO DE 2013</u></b> Disciplina o encaminhamento de consulta ao Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal e revoga a Portaria PGF nº 158, de 09 de março de 2010.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 423, DE 16 DE JULHO DE 2013</u></b> Disciplina as atividades do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral Federal.</p>
<p><b>Atos do Congresso Nacional (CN)</b></p>	<p><b><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 45, DE 2013</u></b> [...] a <a href="#">Medida Provisória nº 617, de 31 de maio de 2013</a>, publicada no Diário Oficial da União no dia 31, do mesmo mês e ano, em Edição Extra, que "Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros nas modalidades que menciona", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.</p>
<p><b>Ministério da Cultura (MinC)</b></p>	<p><b>INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE JULHO DE 2013</u></b> Dispõe sobre processo administrativo de Revalidação do Título de Patrimônio Cultural do Brasil dos bens culturais Registrados e altera o parágrafo único do art. 17 da Resolução nº 001, de 03 de agosto de 2006.</p>
<p><b>Ministério da Educação (MEC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA NORMATIVA Nº 15, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b> [...] <b>Art. 1º</b> Fica instituída a Política Nacional de Expansão das Escolas Médicas das Instituições Federais de Educação Superior - IFES, com respaldo no Art. 2º, I da <a href="#">Medida Provisória nº 621, de 8 de julho de 2013</a>, no âmbito do Programa Mais Médicos, com os seguintes objetivos: I - criação de novos cursos de graduação em medicina; e II - aumento de vagas nos cursos de graduação em medicina atualmente existentes. [...]</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 554, DE 20 DE JUNHO DE 2013(*)</u></b> Estabelece as diretrizes gerais para o processo de avaliação de desempenho para fins de progressão e de promoção dos servidores pertencentes ao Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação, de que trata o capítulo III da <a href="#">Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012</a>. <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU de 21-6-2013, Seção 1, págs. 31 e 32, com incorreção no original.</i></p> <p><b>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES)</b> <b><u>PORTARIA Nº 96, DE 18 DE JULHO DE 2013</u></b> [...] <b>Art. 1º</b> Fica aprovado, na forma dos Anexos I e II, o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). [...]</p>

	<p><b>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 31, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre a destinação de recursos financeiros, nos moldes operacionais e regulamentares do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), às escolas públicas dos Estados e do Distrito Federal de ensino médio selecionadas pelas respectivas secretarias de educação que aderirem ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), com vistas a apoiar e fortalecer o desenvolvimento de propostas curriculares inovadoras nesse nível de ensino.</p> <p><b>SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SERES)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 330, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...]</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 329, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores de graduação [...]</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 328, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...]</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 327, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Ficam reconhecidos os cursos superiores de graduação [...]</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 326, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  [...] <b>Art. 1º</b> Ficam autorizados os cursos superiores de graduação [...]</p>
<p><b>Ministério da Fazenda (MF)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 422, DE 18 DE JULHO DE 2013</u></b>  Identifica hipóteses de comprometimento do caráter exclusivamente artístico, cultural, desportivo ou recreativo de concurso destinado à distribuição gratuita de prêmios a que se referem a <a href="#">Lei nº 5.768, de 20 de dezembro de 1971</a>, e o <a href="#">Decreto nº 70.951, de 9 de agosto de 1972</a>.</p> <p><b>COMITÊ GESTOR DO SIMPLES NACIONAL (CGSN)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 17, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b>  Define perfis e usuários do Sistema de Controle de Acesso ao ambiente de treinamento das aplicações do Simples Nacional (ENTES-SINAC-TR).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 16, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b>  Define perfis e usuários do Sistema de Controle de Acesso ao ambiente de produção das aplicações do Simples Nacional (ENTES-SINAC-P).</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA (CONFAZ)</b>  <b><u>ATO COTEPE/PMPF Nº 14, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b>  Preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) de combustíveis.</p> <p><b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB)</b></p>

	<p><b><u>PORTARIA Nº 1.006, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Disciplina a competência por matéria das Delegacias da Receita Federal do Brasil de Julgamento (DRJ), relaciona as matérias de julgamento por Turma e define atribuição para a identificação dos processos a serem distribuídos às DRJ.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.377, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera o art. 77 da Instrução Normativa RFB nº 1.300, de 20 de novembro de 2012, que estabelece normas sobre restituição, compensação, ressarcimento e reembolso, no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, e dá outras providências.</p> <p>→ Subsecretaria de Arrecadação e Atendimento → → Coordenação-Geral de Arrecadação e Cobrança</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 89, DE 19 DE JULHO DE 2013</u></b> Estabelece procedimentos para confirmação, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, de pagamentos e depósitos arrecadados e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério da Integração Nacional (MI)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Dispõe sobre as diretrizes e procedimentos visando atender a demanda habitacional proveniente da situação de emergência ou de calamidade pública reconhecida pelo Ministério da Integração Nacional, por meio do Programa Nacional de Habitação Urbana, integrante do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 307, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Regulamenta os critérios de doação de bens móveis à pessoa física beneficiária dos Programas "Desenvolvimento Regional, Territorial Sustentável e Economia Solidária" e "Segurança Alimentar e Nutricional", e dá providências correlatas.</p>
<p><b>Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 12, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera a redação do art. 2º da <a href="#">Instrução Normativa MPA nº 13, de 21 de dezembro de 2012</a>.<sup>*</sup> <i>*Dispõe sobre critérios e procedimentos administrativos referentes à atualização dos dados e à substituição das Licenças de Pescador Profissional no âmbito do Registro Geral da Atividade Pesqueira - RGP.</i></p>
<p><b>Ministério da Previdência Social (MPS)</b></p>	<p><b>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 323, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b> Institui a Política de Segurança da Informação e Comunicações do Instituto Nacional do Seguro Social.</p>
<p><b>Ministério da Saúde (MS)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 1.505, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Fixa o valor do incentivo de custeio referente à implantação dos Serviços de Atenção Domiciliar (SAD).</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.504, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b> Institui a Qualificação Nacional em Citopatologia na prevenção do câncer do colo do útero (QualiCito), no âmbito da Rede de Atenção</p>

	<p>à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas.</p> <p><b><u>PORTARIA Nº 1.498, DE 19 DE JULHO DE 2013</u></b>  Redefine o Calendário Nacional de Vacinação, o Calendário Nacional de Vacinação dos Povos Indígenas e as Campanhas Nacionais de Vacinação, no âmbito do Programa Nacional de Imunizações (PNI), em todo o território nacional.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)</b>  ↳ Diretoria Colegiada (DC)</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO - RDC Nº 36, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b>  Institui ações para a segurança do paciente em serviços de saúde e dá outras providências.</p> <p><b>SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (SGTES)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 7, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b>  Homologa o resultado do processo de chamamento público para adesão do Distrito Federal e de Municípios para o projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do Edital/SGTES nº 38, de 8 de julho de 2013 e do Edital/SGTES nº 40, de 18 de julho de 2013 e respectiva retificação em 24 de julho de 2013.  [...] <b>Art. 2º</b> Divulgar a relação dos Municípios a que se refere o art. 1º desta Portaria através do site <a href="http://maismedicos.saude.gov.br">http://maismedicos.saude.gov.br</a>  [...]</p>
<p><b>Ministério das Cidades (MCid)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 347, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  Altera a Portaria nº 328, de 19 de julho de 2012, do Ministério das Cidades, que institui processo de seleção e diretrizes gerais para o PAC 2 Mobilidade Médias Cidades da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 19, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  Dá nova redação ao Anexo da Instrução Normativa nº 10, de 17 de maio de 2013, do Ministério das Cidades, que dispõe sobre o calendário para contratação de operações de crédito do PAC 2 Mobilidade Médias Cidades, no âmbito do Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 18, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b>  Altera as Instruções Normativas nº 25, de 31 de agosto de 2012,* e nº 50, de 17 de dezembro de 2012,* do Ministério das Cidades.  <i>*Regulamenta, no âmbito do Ministério das Cidades, o Processo de Habilitação e Contratação relativo aos exercícios de 2012 e 2013 de operações de crédito para a execução de ações de saneamento básico, na modalidade de Manejo de Águas Pluviais, a que se refere o art. 9º -B da Resolução nº 2.827, de 30 de março de 2001, do Conselho Monetário Nacional, e suas alterações e aditamentos - Mutuários Públicos, inseridos no Programa de Aceleração do Crescimento - PAC.</i></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 17, DE 22 DE JULHO DE 2013</u></b>  Dispõe sobre calendário para enquadramento, hierarquização, seleção e contratação de propostas de operação de crédito, apresentadas no âmbito do Programa de Infraestrutura de</p>

	<p>Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE, referente ao exercício orçamentário de 2013, para execução de ações não inseridas no PAC, setor privado.</p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 16, DE 19 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera os subitens 3.1.1 e 3.1.2 do anexo I da Instrução Normativa nº 41, de 24 de outubro de 2012, do Ministério das Cidades, que regulamenta o Programa de Infraestrutura de Transporte e da Mobilidade Urbana - PRÓ-TRANSPORTE.</p> <p><b>CONSELHO DAS CIDADES (CONCIDADES)</b> <b><u>RESOLUÇÃO RECOMENDADA Nº 144, DE 7 DE JUNHO DE 2013</u></b> Aprova o Plano Nacional de Saneamento Básico - PLANSAB.</p> <p><b>CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)</b> <b><u>RESOLUÇÃO Nº 448, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera a Resolução CONTRAN n.º 407/2012, que autoriza a utilização temporária de sinalização de orientação de destino específica para a "Copa do Mundo da FIFA Brasil 2014" e para a "Copa das Confederações da FIFA Brasil 2013", de acordo com os padrões estabelecidos nesta Resolução.</p> <p><b>SECRETARIA EXECUTIVA (SE)</b> – Departamento Nacional de Trânsito (DENATRAN) <b><u>PORTARIA Nº 166, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera o item 1.1 do Anexo da Portaria DENATRAN nº 17, de 22 de março de 2000. [...] 1.1- A gravação deverá ter os quatro algarismos do ano de fabricação e estar localizada nas imediações do número de identificação do veículo (VIN), em uma das oito posições, conforme figura abaixo. [...]</p>
<p><b>Ministério das Comunicações (MC)</b></p>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b> <b><u>PORTARIA Nº 222, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b> Altera a Portaria nº 87, de 10 de abril de 2013, publicada na Seção 1 do Diário Oficial da União Nº 69, de 11 de abril de 2013, que estabelece os requisitos técnicos mínimos dos telefones portáteis do tipo smartphone, beneficiados pela desoneração fiscal instituída pela <a href="#">Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005</a>.</p>
<p><b>Ministério de Minas e Energia (MME)</b></p>	<p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL)</b> <b><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.572, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b> Homologa as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas em regime de cotas nos termos da <a href="#">Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013</a>, e fixa a tarifa associada às cotas de garantia física de energia e de potência.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.571, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b> Aprova o Edital do Leilão nº 05/2013-ANEEL e seus anexos, referente à contratação de Energia de Reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir de fonte eólica, e fixa as TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.560, DE 23 DE JULHO DE</u></b></p>

	<p><b><u>2013</u></b></p> <p>Aprova o Edital do Leilão nº 06/2013-ANEEL e seus Anexos, referente à compra de Energia Elétrica proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fontes hidrelétrica e termelétrica - a biomassa, a carvão ou a gás natural em ciclo combinado -, destinada ao Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e estabelece os conjuntos de TUST e as TUSDg de referência para as centrais geradoras que participarem do aludido certame.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC)</b></p>	<p><b>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 9, DE 24 DE JUHO DE 2013</u></b></p> <p>Propõe a Excelentíssima Senhora Presidente da República a edição de decreto, que inclui no Programa Nacional de Desestatização - PND as ligações a serem atendidas pelos serviços regulares de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e dá outras providências.</p>
<p><b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)</b></p>	<p><b>COMISSÃO INTERGESTORES TRIPARTITE (CIT)</b></p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 13, DE 4 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>Estabelece prioridades e metas específicas para a gestão municipal do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, para o quadriênio 2014-2017.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO Nº 12, DE 4 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>Dispõe sobre a prorrogação do prazo para finalização do preenchimento do Plano de Ação 2013.</p>
<p><b>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15, DE 19 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>Altera os artigos 12, 126 e o Anexo I da <a href="#">Instrução Normativa IBAMA nº 10, de 07 de Dezembro de 2012</a>*</p> <p><i>*Regula os procedimentos para apuração de infrações administrativas por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, a imposição das sanções, a defesa, o sistema recursal e a cobrança de multas no âmbito do IBAMA.</i></p> <p><b><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 13, DE 19 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>[...] <b>Art. 1º</b> Estabelecer os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias. [...]</p> <p><b>INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE (ICMBio)</b></p> <p><b><u>PORTARIA Nº 211, DE 10 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>Atualiza os preços dos ingressos de acesso às Unidades de Conservação federais e demais serviços e atividades de uso público.</p>
<p><b>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</b></p>	<p><b>GABINETE DA MINISTRA (GM)</b></p> <p><b><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 266, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b></p> <p>[...] <b>Art. 1º</b> Ficam estabelecidas as normas para o custeio de despesas com o deslocamento dos médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil e seus dependentes legais. [...]</p>

	<p><b><u>PORTARIA Nº 1.511, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  Reajusta o valor do auxílio-reabilitação psicossocial, instituído pela <a href="#">Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003</a>.  [...] <b>Art. 1º</b> Fica reajustado para R\$ 412,00 (quatrocentos e doze reais) o valor do auxílio-reabilitação psicossocial [...] aos Egressos de Longas Internações Psiquiátricas no SUS (De Volta Para Casa).  [...]</p>
<b>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</b>	<p><b>SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO (SIT)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 392, DE 18 DE JULHO DE 2013</u></b>  Aprova o Regulamento Técnico para luvas de segurança utilizadas na atividade de corte manual de cana-de-açúcar.</p>
<b>Ministério do Turismo (MTur)</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 110, DE 23 DE MAIO DE 2013(*)</u></b>  (Publicada no DOU de 24 de maio de 2013)  Dispõe sobre o Plano Nacional de Turismo 2013-2016 - PNT, aprovado pelo <a href="#">Decreto nº 7.994, de 24 de abril de 2013</a>.  (*) <i>Republica-se o Anexo da Portaria nº 110, de 23-5-2013, no DOU de 24-5-2013, Seção 1, pág. 140, por ter saído com incorreção no original.</i></p>
<b>Ministério dos Transportes (MT)</b>	<p><b>GABINETE DO MINISTRO (GM)</b>  <b><u>PORTARIA Nº 105, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b>  Cria Câmara de Estudos sobre o transporte rodoviário de cargas no âmbito do Ministério dos Transportes.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT)</b>  <b><u>RESOLUÇÃO Nº 4.071, DE 3 DE ABRIL DE 2013(*)</u></b>  Regulamenta as infrações sujeitas às penalidades de advertência e multa por inexecução contratual na exploração da infraestrutura rodoviária federal concedida.  (*) <i>Republicada por ter saído, no DOU nº 65, de 5-4-2013, Seção 1, pág. 93, com incorreção no original.</i></p>
<b>Tribunal de Contas da União (TCU)</b>	<p><b>PLENÁRIO</b>  <b><u>DECISÃO NORMATIVA Nº 128, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  Aprova os coeficientes individuais de participação dos Estados e do Distrito Federal nos recursos previstos no art. 159, inciso II, da Constituição Federal, para aplicação no exercício de 2014.</p>
<b>Publicação DOE-SP</b>	<b>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</b>
<b>PUBLICAÇÃO DOE</b>	<b>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</b>
<b>27/07/2013</b>	<p><b>DECRETO Nº 59.388, DE 26 DE JULHO DE 2013</b>  Dispõe sobre a extinção de que trata o inciso II do artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 59.327, de 28 de junho de 2013</a>, e dá providências correlatas  <b>DOE, Seção I, 27/07/2013, p. 3</b></p> <p><b>DECRETO Nº 59.386, DE 26 DE JULHO DE 2013</b>  Altera dispositivos do <a href="#">Decreto nº 58.239, de 20 de julho de 2012</a>, que disciplina a execução dos Plantões e dos Plantões em Estado de</p>

	<p>Disponibilidade de que tratam os artigos 1º a 9º da <a href="#">Lei Complementar nº 1.176, de 30 de maio de 2012</a>, e dá providências correlatas  <b>DOE, Seção I, 27/07/2013, p. 1</b></p> <p><b><u>DECRETO Nº 59.263, DE 5 DE JUNHO DE 2013</u></b>  <b>Retificação do D.O. de 6-6-2013</b>  No artigo 72, inciso II, alínea "f" leia-se como segue e não como constou:  f) 1 (um) da Prefeitura integrante das Aglomerações Urbanas de Piracicaba e Jundiaí, indicado pela Associação Paulista de Municípios;</p>
<p><b>26/07/2013</b></p>	<p><b><u>LEI Nº 15.099, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b>  (Projeto de lei nº 355/12, do Deputado Itamar Borges - PMDB)  Dispõe sobre programas específicos de inovação tecnológica para as microempresas e para as empresas de pequeno porte no Estado de São Paulo</p> <p><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 184, DE 2012</b>  São Paulo, 22 de julho de 2013  A-nº 119/2013  [...] A propositura, de origem parlamentar, institui o "Dia dos Boínas Azuis", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de outubro, data em que se celebra o aniversário da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da Organização das Nações Unidas - ONU. [...]  <b>DOE, Seção I, 26/07/2013, p. 1</b></p> <p><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 333/2012</b>  São Paulo, 25 de julho de 2013  Mensagem A-nº 137/2013  [...] Oriunda desse Parlamento, a medida tem por objetivo vedar o lançamento de efluentes resultantes de processo industrial que contenham corantes em sua composição nos rios, lagos, represas e demais corpos de água doce do Estado de São Paulo, na forma que especifica. [...]  <b>DOE, Seção I, 26/07/2013, p. 1</b></p>
<p><b>25/07/2013</b></p>	<p><b><u>DECRETO Nº 59.381, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b>  Altera o Anexo II, a que se refere o artigo 1º do <a href="#">Decreto nº 58.303, de 15 de agosto de 2012</a>, que fixa, para as unidades de saúde dos órgãos e entidades que especifica, os limites de Plantões por mês dos integrantes das classes de Agente Técnico de Assistência à Saúde, Enfermeiro, Técnico de Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem e dá providências correlatas</p> <p><b>MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR</b>  <b>VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 9, DE 2013</b>  São Paulo, 23 de julho de 2013  A-nº 124/2013  [...] De iniciativa do Poder Judiciário, a proposta altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado.  O texto originalmente encaminhado pelo Tribunal de Justiça sofreu modificações provenientes da aprovação da Emenda Aglutinativa Substitutiva nº 7, oferecida por ilustres parlamentares</p>

representantes dessa Casa Legislativa.

Em que pese, todavia, o apreço que sempre dispensei às intervenções desse Parlamento, não posso acolher, integralmente, a alteração promovida, fazendo recair o veto sobre o § 6º do artigo 1º do projeto, em face de seu descompasso com a ordem constitucional. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 4**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 328, DE 2013**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 136/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui o Selo Amigo do Idoso, nos serviços de atendimento a eles reservados, em conformidade com a [Lei federal nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994](#), destinado a avaliar a qualidade dos serviços prestados pelas entidades que atendam idosos nas modalidade de casas de repouso, asilos, centros de convivência, casas lares e oficinas abrigadas, devendo fazer jus à certificação aquelas que garantam às pessoas idosas, condições de segurança, higiene e saúde, além das que lhes proporcionem atividades físicas, laboratoriais, recreativas, culturais e associativas. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 232, DE 2013**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 135/2013

[...] De iniciativa parlamentar, o projeto autoriza a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU), a adotar providências, em caráter excepcional, com vistas à regularização dos mutuários em condição de vulnerabilidade social, compreendendo a renegociação de dívidas; o cancelamento de reintegrações de posse; a transformação de contratos de compra e venda em instrumentos provisórios; e a transferência de contratos de gaveta, sob novas condições de financiamento. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 64, DE 2013**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 134/2013

[...] De origem parlamentar, a propositura torna obrigatória a divulgação dos gabaritos dos exames de ingresso em cursos de residência médica em até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do seu término, para as instituições de saúde públicas e privadas, na forma que especifica. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 190, DE 2013**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 133/2013

[...] De origem parlamentar, a propositura institui o “Programa de Conscientização e Distribuição de Sementes de Crotalaria para o Combate à Dengue”, no âmbito do Estado. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

**VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 666, DE 2012**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 131/2013

[...] De origem parlamentar, a propositura proíbe a cobrança de

taxa de serviço sobre o valor integral dos serviços quando estes forem oferecidos com desconto em sites de compra coletiva, com sujeição dos infratores às sanções previstas no artigo 56 da [Lei federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990](#) (Código de Defesa do Consumidor).

Reconheço os bons propósitos dessa Casa Legislativa na busca de adotar medidas voltadas à proteção e defesa do consumidor. Vejo-me, todavia, compelido a negar assentimento à proposição em face de sua inconstitucionalidade, que passo a demonstrar. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

#### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 536, DE 2012**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 130/2013

[...] De origem parlamentar, a propositura proíbe a cobrança de visita técnica realizada para elaboração de orçamento para prestação de serviços, por quaisquer empresas prestadoras de serviços, ainda que autorizadas ou credenciadas, bem como pelos prestadores de serviços autônomos. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 3**

#### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 436, DE 2008**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 126/2013

[...] De origem parlamentar, a proposição pretende obrigar as empresas produtoras, distribuidoras e envasadoras de garrafas PET (fabricadas com tereftalato de polietileno) ou plásticas em geral, estabelecidas neste Estado, a criar e manter programas de reciclagem, reutilização ou reaproveitamento desses produtos, dando-lhes destinação final adequada a fim de evitar danos ao meio ambiente. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 1**

#### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 155, DE 2009**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 127/2013

[...] De origem parlamentar, a propositura objetiva assegurar a todo policial em exercício da função, designado pela corporação para frequentar cursos, e pelo tempo de duração de cada um deles, o direito de receber integralmente o seu soldo, inclusive abonos e benefícios a que fizer jus por ocasião de seu afastamento. Vejo-me compelido a desacolher a proposição, em face de sua inconstitucionalidade. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 1**

#### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 308, DE 2012**

São Paulo, 24 de julho de 2013

A-nº 128/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a propositura institui o Sistema Único de Informação em Saúde e cria o Banco de Dados da Saúde, na forma que especifica.

Reconheço os relevantes propósitos que motivaram a iniciativa. Vejo-me, todavia, compelido a negar assentimento à medida em face de sua inconstitucionalidade. [...]

**DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 1**

#### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 369, DE 2012**

São Paulo, 24 de julho de 2013

	<p>A-nº 129/2013  [...]. De origem parlamentar, a propositura determina que os anúncios de venda ou locação de imóveis, publicados em jornais, revistas, periódicos e outros meios de divulgação, tragam, em seu "corpo", os valores individualizados correspondentes aos bens ofertados. [...]  <b>DOE, Seção I, 25/07/2013, p. 1</b></p>
<p><b>24/07/2013</b></p>	<p><b><u><a href="#">LEI COMPLEMENTAR Nº 1.208, DE 23 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Altera a Organização e a Divisão Judiciárias do Estado</p> <p><b><u><a href="#">LEI Nº 15.097, DE 23 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  (Projeto de lei nº 161/10, do Deputado Gilmaci Santos - PRB)  Estabelece prioridade na tramitação dos processos administrativos em que figurem como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.377, DE 23 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Acrescenta alínea à minuta-padrão de convênio aprovada pelo <a href="#">Decreto nº 41.721, de 17 de abril de 1997</a>, que instituiu o Programa "Melhor Caminho"</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.376, DE 23 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Institui Grupo de Trabalho com o objetivo de elaborar estudos técnicos e formas de empregabilidade visando à implementação do disposto no artigo 93 da <a href="#">Lei federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991</a>, nos instrumentos de contratação de prestação de serviço do Governo do Estado de São Paulo</p>
<p><b>23/07/2013</b></p>	<p><b><u><a href="#">LEI Nº 15.090, DE 22 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  (Projeto de lei nº 813/11, da Deputada Heroilma Soares - PTB)  Altera a <a href="#">Lei nº 10.365, de 2 de setembro de 1999</a>, que autoriza o Estado de São Paulo a implantar Programa de Locação Social na forma que especifica, e dá outras providências correlatas</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.375, DE 22 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.374, DE 22 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Altera a denominação da Divisão de Investigações sobre Infrações contra o Meio Ambiente, do Departamento de Polícia de Proteção à Cidadania - DPPC, da Polícia Civil do Estado de São Paulo, e dá providências correlatas</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.373, DE 22 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Cria e extingue unidades da Corregedoria Geral da Polícia Civil - CORREGEDORIA e introduz modificações nos dispositivos que especifica do <a href="#">Decreto nº 47.236, de 18 de outubro de 2002</a>, que dispõe sobre sua reorganização</p> <p><b><u><a href="#">DECRETO Nº 59.369, DE 22 DE JULHO DE 2013</a></u></b>  Isenta do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS a</p>

comercialização de sanduíches denominados "Big Mac" efetuada durante o evento "McDia Feliz"

#### **MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR**

##### **VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº 304, DE 2013**

São Paulo, 22 de julho de 2013

A-nº 123/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a medida impõe ao Poder Executivo Estadual, em colaboração com municípios e organizações da sociedade civil, a implementação de ações articuladas, destinadas à população entre 15 e 29 anos, de maneira a configurar uma política pública estadual de caráter permanente para a juventude atinentes a saúde, educação, cultura, esporte, lazer, transporte, emprego e economia. [...]

**DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 3**

##### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 79, DE 2013**

São Paulo, 22 de julho de 2013

A-nº 122/2013

[...] De iniciativa parlamentar, a proposição proíbe, no âmbito do Estado de São Paulo, a frisão de pneus, na forma que especifica. Embora compreensíveis os propósitos do legislador, explicitados na justificativa que fundamenta a proposta, vejo-me compelido a negar sanção ao projeto, em face de sua inarredável inconstitucionalidade.[...]

**DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 3**

##### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 689, DE 2012**

São Paulo, 22 de julho de 2013

A-nº 121/2013

[...] De origem parlamentar, a medida obriga os profissionais da área de saúde a usar protetor para estetoscópios no atendimento a pacientes, em qualquer tipo de estabelecimento, no âmbito do Estado e determina que esse protetor seja feito de material que evite a passagem de qualquer agente contaminante.[...]

**DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 3**

##### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 300, DE 2012**

São Paulo, 22 de julho de 2013

A-nº 120/2013

[...] De origem parlamentar, a proposição tem por objetivo instituir o direito ao pagamento de meia-entrada em casas de diversões, praças desportivas e similares, a diretores, coordenadores pedagógicos, supervisores e titulares de cargos do quadro de apoio das escolas das redes públicas estadual e municipais de ensino. Vejo-me compelido a desacolher a proposição, por mácula de inconstitucionalidade.[...]

**DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 3**

##### **VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 184, DE 2012**

São Paulo, 22 de julho de 2013

A-nº 119/2013

[...] A proposição, de origem parlamentar, institui o "Dia das Boínas Azuis", a ser comemorado, anualmente, no dia 25 de outubro, data em que se celebra o aniversário da Associação Brasileira das Forças Internacionais de Paz da Organização das Nações Unidas - ONU. [...]

**DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 3**

	<p><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 1.080, DE 2011</b>  São Paulo, 22 de julho de 2013  A-nº 118/2013  [...] De origem parlamentar, a propositura estabelece a inclusão do exame de oximetria de pulso no rol de exames obrigatórios realizados em recém-nascidos atendidos nas maternidades do Estado, na forma que especifica. [...]  <b>DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 1</b></p> <p><b>VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 885, DE 2011</b>  São Paulo, 22 de julho de 2013  A-nº 117/2013  [...] De origem parlamentar, a propositura cuida de estabelecer regra aplicável à celebração de convênios. E o faz dispensando entidades beneficentes e de assistência social que tenham recursos a receber por intermédio de convênio, de apresentarem título de propriedade do imóvel, na hipótese que especifica [...]  <b>DOE, Seção I, 23/07/2013, p. 1</b></p>
<p><b>SECRETARIAS E  OUTROS ÓRGÃOS  DO ESTADO</b></p>	<p><b>MARGINÁLIA ESTADUAL</b></p>
<p><b>Administração  Penitenciária  (SAP)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b>  <u><b>RESOLUÇÃO SAP - 126, DE 24-7-2013</b></u>  Regulariza, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, a instituição de 1 Célula de Intervenção Rápida – CIR na Penitenciária “João Batista de Arruda Sampaio” de Itirapina, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado</p> <p><u><b>RESOLUÇÃO SAP - 125, DE 24-7-2013</b></u>  Regulariza, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, a instituição de 1 Célula de Intervenção Rápida – CIR na Penitenciária “Silvio Yoshihiko Hinohara” de Presidente Bernardes, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Oeste do Estado</p> <p><u><b>RESOLUÇÃO SAP - 124, DE 24-7-2013</b></u>  Regulariza, no âmbito da Secretaria da Administração Penitenciária, a instituição de 1 Célula de Intervenção Rápida – CIR na Penitenciária “Joaquim de Sylos Cintra” de Casa Branca, subordinada à Coordenadoria de Unidades Prisionais da Região Central do Estado</p>
<p><b>Agricultura e  Abastecimento  (SAA)</b></p>	<p><b>CONSELHO ESTADUAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL SUSTENTÁVEL (CONSEA)</b>  <u><b>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 4, DE 23-7-2013</b></u>  Convoca assembleias regionais para seleção dos representantes da sociedade civil e do poder público para composição das Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CRSANS e dos representantes da sociedade civil no Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – CONSEA/SP</p> <p><u><b>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 3, DE 23-7-2013</b></u>  Aprova Regulamento do Processo de Seleção de candidatos a</p>

	<p>membros representantes da Sociedade Civil para o Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional de São Paulo – Consea/SP, e para seleção de representantes para comporem as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional – CRSANS</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO CONSEA/SP - 2, DE 23-7-2013</u></b> Regulamenta as Comissões Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de que trata artigo 9º do <a href="#">Decreto 59.146, de 30-04-2013</a></p>
<p><b>Educação (SE)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO SE Nº 49, DE 19-7-2013</u></b> Dispõe sobre a organização e o funcionamento das escolas estaduais do Programa Ensino Integral, de que trata a <a href="#">Lei Complementar nº 1.164, de 4 de janeiro de 2012</a>, e dá providências correlatas</p>
<p><b>Fazenda (SF)</b></p>	<p><b>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)</b> <b><u>COMUNICADO CAF-G 00014, DE 23-07-2013</u></b> Divulga a quota-parte municipal do ICMS e do Fundo de Exportação dos recursos previstos no artigo 159, II da Constituição Federal, do mês de junho de 2013.</p> <p>→ <b>Contadoria Geral do Estado (CGA)</b> <b><u>RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA</u></b> BALANÇO ORÇAMENTÁRIO ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO DE 2013 - 3º BIMESTRE: MAIO - JUNHO</p> <p><b>COORDENADORIA DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA (CAT)</b> <b>SUPLEMENTO</b> <b><u>NOTIFICAÇÃO</u></b> Os contribuintes ou responsáveis identificados no suplemento ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 13-A da <a href="#">Lei 6.606/89</a> ou do artigo 18 da <a href="#">Lei 13.296/08</a> [...]</p> <p><b><u>PORTARIA CAT 74, DE 24-07-2013</u></b> Altera a Portaria CAT- 40/03, de 25-4-2003, que divulga margens de valor agregado nas operações com combustíveis e lubrificantes.</p> <p><b><u>PORTARIA CAT 73, DE 23-07-2013</u></b> Altera a Portaria CAT-66, de 27-05-2011, no que se refere ao endereço da Unidade de Atendimento ao Público instalada no Município de Buritizal, vinculada à Delegacia Regional Tributária de Ribeirão Preto – DRT/6.</p>
<p><b>Meio Ambiente (SMA)</b></p>	<p><b>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS)</b> <b><u>RESOLUÇÃO CONJUNTA SMA/SSRH N 01, DE 24-07-2013</u></b> Dispõe sobre planejamento e gestão das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais das Bacias Hidrográficas dos Reservatórios Guarapiranga e Billings, e suas atribuições compartilhadas entre a Secretaria de Estado do Meio Ambiente -</p>

	<p>SMA, por meio de suas Coordenadorias e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, e a Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos - SSRH, por meio de suas Coordenadorias e da Unidade de Gerenciamento de Programas - UGP Programa Mananciais.</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA-63, DE 25-7-2013</u></b> Dispõe sobre a nova estrutura organizacional do Projeto Pomar Urbano, e dá providências correlatas</p> <p><b><u>RESOLUÇÃO SMA- 62, DE 23-07-2013</u></b> Dispõe sobre a fixação de preços para venda de publicações do Instituto Florestal.</p>
<b>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</b>	<p><b>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN)</b> <b><u>PORTARIA DETRAN Nº 1141 DE 22-7-2013</u></b> Relaciona e indica condutores notificados no mês de julho de 2013, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006</p>
<b>Saneamento e Recursos Hídricos (SSRH)</b>	<p><b>COORDENADORIA DE RECURSOS HÍDRICOS (CRHi)</b> → Comitê de Bacias Hidrográficas do Pontal do Paranapanema (CBH-PP) <b><u>DELIBERAÇÃO CBH-PP/150/2013, DE 12-07-2013</u></b> Indica Prioridades de Investimentos ao FEHIDRO/2013 e dá outras Providências.</p> <p><b><u>DELIBERAÇÃO CBH-PP 148, DE 12-07-2013</u></b> Aprova proposta dos mecanismos e valores para a cobrança pelos usos, urbano e industrial dos recursos hídricos de domínio do Estado de São Paulo, no âmbito da UGRHI-22, Bacia Hidrográfica do Pontal do Paranapanema.</p>
<b>Universidade de São Paulo (USP)</b>	<p><b>REITORIA</b> → Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Graduação (Pró-G) <b><u>RESOLUÇÃO COG 6596, DE 22-7-2013</u></b> Dispõe sobre seleção de candidatos que participaram do PASUSP em 2012 para matrícula em 2013 no Programa Preparatório para o Vestibular da USP (PPVUSP)</p> <p><b><u>PORTARIA PRÓ-G-2, DE 18-7-2013</u></b> Altera o Artigo 2º da Portaria Pró-G 2/2008, de 11-6-2008, modificado pelas Portarias Pró-G 6/2010 e 01/2011, de 22-11-2010 e de 4-5-2011, que dispõe sobre a constituição, na Pró-Reitoria de Graduação (Pró-G), de Comissão de interlocução com a incumbência de propor aos órgãos competentes do MEC/INEP estudo conjunto visando ao aprimoramento do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE)</p>
<b>Publicação DO - Cidade</b>	<b>SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL</b>
<b>26/07/2013</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 54.133, DE 25 DE JULHO DE 2013</u></b> Regulamenta a <u>Lei nº 15.721, de 24 de abril de 2013</u>, que dispõe sobre a criação de Programa Multidisciplinar de Atendimento ao Diabetes no Município de São Paulo.</p>

<b>25/07/2013</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 54.129, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Regulamenta a <a href="#">Lei nº 14.863, de 23 de dezembro de 2008</a>, no que se refere à isenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS na prestação de serviços relacionados aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.128, DE 24 DE JULHO DE 2013</u></b> Introduz alterações no <a href="#">Decreto nº 46.303, de 8 de setembro de 2005</a>, que dispõe sobre a coordenação e a execução do Programa de Reabilitação da Área Central da Cidade de São Paulo – PROCENTRO; revoga o <a href="#">Decreto nº 46.780, de 12 de dezembro de 2005</a>.</p>
<b>24/07/2013</b>	<p><b><u>DECRETO Nº 54.119, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b> Institui, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação, o Comitê de Patronos do Esporte na Cidade de São Paulo.</p> <p><b><u>DECRETO Nº 54.116, DE 23 DE JULHO DE 2013</u></b> Estabelece, em caráter excepcional e por tempo determinado, forma e condições específicas para a concessão, aos servidores municipais, das licenças previstas no artigo 138, incisos I e II, da <a href="#">Lei nº 8.989, de 29 de outubro de 1979</a>.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: [http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home\\_1\\_0.aspx](http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx)

#### **Equipe Responsável pelo Boletim:**

Maria Isa de Aquino Sousa

[mariaisa@sp.gov.br](mailto:mariaisa@sp.gov.br)

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

[ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br)

Izabel C. Filgueiras de Almeida - [icalmeida@sp.gov.br](mailto:icalmeida@sp.gov.br)

Júlio César de Paula - [jcdepaula@sp.gov.br](mailto:jcdepaula@sp.gov.br)

Marcelo Conti - [mconti@sp.gov.br](mailto:mconti@sp.gov.br)

Biblioteca

**Cancelamento:**

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para [ccivil@sp.gov.br](mailto:ccivil@sp.gov.br) ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107